

CONTRATO Nº 003/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAÍ/PE E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA CETASP – CENTRO DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA PÚBLICA PARA A LOCAÇÃO DE SERVIÇOS, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAÍ**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.507.043/0001-84, com sede na Rua Rocha pontual, 60 – Amaraí/PE, neste ato representada legalmente por seu Presidente, o **Sr. EDSON GERSINO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, inscrito no CPF nº 763.290.544-87, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e:

DADOS DA CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: CETASP – CENTRO DE TECNOLOGIA E ASSORIA PÚBLICA

NOME FANTASIA: CETASP – CENTRO DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA PÚBLICA

ENDEREÇO COMPLETO: PC GOVERNADOR EDUARDO HENRIQUE A. CAMPOS, nº 44, Sala 202, CEP 55.536-000, CENTRO, CHÃ GRANDE - PE

INSCRIÇÃO DO CNPJ (MF) Nº 29.127.642/0001-38

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME COMPLETO: INGLIDHY EVELLY DO NASCIMENTO

CARGO: ADMINISTRADORA

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

ESTADO CIVIL: SOLTEIRA

CPF (MF) Nº 117.175.064-10

ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA DA PIEDADE, Nº 30, CEP 55.536-000, CENTRO, CHÃ GRANDE - PE

Tem justo e acordadas as condições abaixo especificadas, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei 14.133/2021 firmam o presente contrato de dispensa de licitação e posteriores alterações.:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui o objeto deste instrumento contratual as seguintes atividades:

- I. Hospedagem, manutenção preventiva, corretiva e suporte técnico do Portal Eletrônico Oficial (sítio eletrônico) desta casa legislativa;
- II. Locação e manutenção de *software* de transparência, visando cumprir as exigências da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a da Lei Complementar nº 131/2009, que regulamenta a transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III. Cessão de uso de *software* de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e Ouvidoria Municipal Eletrônica, atendendo as especificações e exigências da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, onde regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas através de serviços eletrônicos;
- IV. Locação e manutenção de *software* de Carta de Serviços ao Usuário – CSU, atendendo as especificações e exigências da Lei Federal nº 13.460/2017 e Resolução TC 068/2019, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, onde regulamenta a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
- V. Cessão de uso de *software* de gestão e indexação de documentos digitais.

1.2. O acesso será realizado em meio eletrônico on-line, por meio de sítio específico na internet em serviço de Portal WEB, contendo informações específicas sobre a execução orçamentária e financeira, bem como as informações dos atos oficiais praticados pela administração.

1.3. Os serviços de que trata essa cláusula do contrato, serão disponibilizados na internet, o treinamento e o suporte técnico serão realizados através de telefone, chat *online*, *e-mail* e videoconferências, a manutenção e atualização do sistema será



realizada automaticamente no servidor em *cloud computing*, no qual está instalado o backup do banco de dados e arquivos digitalizados que serão realizados pela contratada.

1.4. Dispensado de licitação mediante o que dispõe o art. 24, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

1.5. O presente contrato rege-se pelo **Princípio da Publicidade**, uma vez que tal princípio é essencial para o objeto principal deste instrumento, cabendo à **CONTRATANTE** providenciar total publicidade e esclarecimentos à população e a todos os órgãos que fiscalizam os serviços pertinentes a este.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados em consonância com a demanda da contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa de licitação oriunda do presente contrato é baseada a Lei nº 8.666/93 e Lei 14.133/2021, tendo em vista que o valor referente a prestação jurídica é abaixo do valor exigido pelos dispositivos legais.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Em regime de execução de Contrato de Prestação de Serviços, em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA QUINTA - DO INÍCIO E DURAÇÃO

A prestação dos Serviços terá início na data de 03 de janeiro de 2022 data da celebração do presente contrato e término em 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

CONTRATANTE pagará ao **CONTRATADO** a importância global de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais). Deixando claro que estão inclusos todos os custos e

encargos referentes ao objeto contratado e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

A periodicidade dos serviços será mensal e o valor ora contratado apenas poderá ser reajustado nas condições expressas em Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores serão pagos ao CONTRATADO, após o recebimento do repasse constitucional, diretamente na Tesouraria da Câmara Municipal. Efetuados mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão – PODER LEGISLATIVO

Unidade – CÂMARA MUNICIPAL

Função – 01 LEGISLATIVO

Subfunção – 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS

Atividade: APOIO ADMINISTRATIVO AS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante, além de outras decorrentes do presente instrumento contratual:

- I. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos neste.

- II. Supervisionar a perfeita execução do objeto deste contrato, através de representante especificamente designado.
- III. Dar total suporte para o bom funcionamento do que está previsto na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, da qual trata do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Prestar satisfatoriamente os serviços ora contratados.
- II. Assegurar ao Município, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer os serviços.
- III. São obrigações da contratada, encargos sociais, previdenciários, fiscais e trabalhistas provenientes da execução deste contrato.
- IV. Apresentar relatório de índices de produção sempre que solicitado pelo órgão.
- V. Respeitar sempre os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e dignidade da pessoa humana.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 137, da Lei Federal 14.133/2021, desde que cabíveis à presente contratação, resguarda as prerrogativas conferidas por esta Lei Federal.

§ 1º - Na hipótese de rescisão pela inexecução total ou parcial do Contrato por parte da CONTRATADA, ficara a mesma sujeita às sanções previstas no Artigo 155 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

§ 2º - O não cumprimento das obrigações objeto do presente Contrato, acarretará as consequências previstas no Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal de AMARAÍ.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES



O não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais deste termo, implicará na aplicação de multa não inferior a **0,05%** (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% do valor do contrato, entendimento do artigo 156 da Lei 14.133/2021, além das sanções de ordem administrativa e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS

Todos os tributos e encargos legais decorrentes da execução do presente contrato, bem como despesas de locomoção até a sede do município correrão por conta do Contratado. As despesas decorrentes de serviços fora da sede do município, como hospedagem e alimentação a serviço da CONTRATANTE correrão por conta desta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da execução do presente contrato será exercida pelo Presidente da Mesa Diretora, com o auxílio do Sistema de Controle Interno da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO COMPETENTE

É competente o Foro da Comarca de Amaraji, para dirimir qualquer divergência ou dúvida fundada no presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico e legal, na presença de 02 (duas) testemunhas, que no final também o subscrevem.

Amaraji/PE, 03 de janeiro de 2022.

EDSON GERSINO DA SILVA
PRESIDENTE



CETASP – CENTRO DE TECNOLOGIA E ASSORIA PÚBLICA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

